




O Espelho

Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil.  **CONTRAFI** Julho de 2007 - nº 247

A quem pertence o BB?



**Terceirização,
enxugamento
e elitização**

**A Cassi precisa
do seu voto**

vote sim de 20 a 27 de julho

SIM

O BB que não queremos

Disputa com os bancos privados, adotando as piores práticas, como empurrar produtos para clientes, ter metas excessivas que adoecem os trabalhadores e proporcionam assédio moral, terceirização ilegal que piora as condições de trabalho de todos e gerará enorme passivo para o banco no futuro. É esse o BB que queremos? Com certeza não.

O país precisa que seus bancos públicos não adotem a estratégia dos grandes conglomerados privados, de concorrência predatória e exploração dos clientes e dos trabalhadores para aumentar cada dia mais seus lucros.

Ao contrário, bancos como BB e Caixa Federal e outros federais e estaduais devem servir para ajudar a mudar o sistema, para que este passe a financiar o desenvolvimento do país, prestar serviços de qualidade e a preços justos para a população e tratar com dignidade seus funcionários, respeitando direitos e proporcionando um ambiente saudável de trabalho.

Esta edição de *O Espelho* aborda esses temas em profundidade para que sejam discutidos na campanha nacional dos trabalhadores do sistema financeiro, que já começou. Todos os bancários têm de se informar, discutir e participar para que os resultados sejam os melhores para todos.

Outro tema abordado por esta edição é a necessidade de aprovação de um acordo que garanta a perenidade e a saúde financeira da Cassi. Nas primeiras votações, faltaram poucos votos para que as medidas fossem implementadas. Como isso não ocorreu, foi necessário voltar à mesa de negociação e mudar alguns pontos. O resultado desse esforço será votado agora e é importante que todos participem do processo. A solução para a Cassi não pode esperar mais.

O *Espelho Nacional* é editado sob a responsabilidade da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). Tiragem: 55 mil exemplares. Secretário de Imprensa: William Mendes. Edição: Anselmo Massad (MTb 40.420). Edição de arte: Carmem Machado. Impressão: Bangraf. Cartas e sugestões podem ser enviadas para Contraf/CUT: Quadra EQS 314/315, bloco A, Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70383-400 – Fone (61) 3346-4019.

Apoio: Sind. Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Acesse: www.contrafcut.org.br

Se você não recebe *O Espelho Nacional* ou tem comentários e sugestões, fale conosco: imprensa@contrafcut.org.br

Reflexo

A Contraf-CUT disponibilizará para seus sindicatos alguns modelos de ações para que o Banco do Brasil seja acionado na justiça por diversas irregularidades que vêm sendo praticadas por esta gestão temerária do banco.

Ação de cumprimento do dissídio coletivo de 2004

Em 2004, o BB foi obrigado a incorporar R\$ 30,00 aos salários de todos os trabalhadores da empresa que ganhassem até R\$ 1.500,00. Desde então, o banco vem descumprindo o julgamento e ora paga, ora não paga o salário corretamente dos bancários.

Ação de cumprimento da lei do vale-transporte

De forma irresponsável, o BB vem legislando em causa própria e criando regras ilegais em seus normativos internos, conflitantes com a legislação, pois cria empecilhos diversos para impedir aos bancários de usufruir o direito de gastar no máximo 4%, conforme prevê a Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários (CCT) com despesas de transporte.

Banco de horas não negociado

Os sindicatos devem denunciar nas Delegacias Regionais do Trabalho – DRT, a aplicação por parte do BB de um banco de horas que está em vigor no sistema e não está negociado com o movimento sindical e não consta de acordo coletivo e nem no aditivo da CCT dos bancários.

Os sindicatos devem exigir o pagamento de horas extras feitas pelos bancários desde setembro de 2006 nos moldes do que diz a cláusula 8ª da CCT, ou seja, pagamento integral de todas as horas feitas com adicional de 50%, sem nenhum tipo de acúmulo ou compensação.

Vote sim pela Cassi

Associados decidem sobre as mudanças estatutárias entre 20 e 27 deste mês. A Contraf-CUT orienta a aprovação do acordo negociado

Entre os dias 20 e 27 de julho, os associados da Cassi têm um compromisso importante. Nesse período, será realizada a votação em que os participantes dirão se aceitam ou não a revisão do estatuto da Caixa de Assistência, conforme negociado entre o Banco do Brasil e a representação dos bancários. A Contraf-CUT orienta a aprovação das mudanças por entender que a maioria das reivindicações dos associados foi atendida e que o novo estatuto garantirá a perenidade da Cassi.

Desde 2005, os bancários lutam por um conjunto de propostas que tire a Cassi da maior crise financeira de sua história. Depois de dois anos de negociações e intensos debates, com

muitas idas e vindas, os representantes do funcionalismo e o BB finalmente chegaram a uma proposta de consenso, em fevereiro deste ano, após ameaça de greve nacional.

As alterações no estatuto garantiram que o acordo passasse pelo crivo dos associados, em votação nacional. Mas, apesar de o conjunto de propostas ser uma grande conquista, ela não foi aprovada por falta de quorum. A consulta realizada entre maio e junho ocorreu pouco depois do lançamento do pacote de maldades do BB. Grande parte dos funcionários, temerosa com as medidas do banco, deixou de votar e o novo estatuto não foi aprovado por poucas centenas de votos, embora a grande maioria que compareceu dissesse sim (65,97%).



Divulgação - Federação SP/MS

“As soluções só vêm com a luta coletiva, como foi o caso da reestruturação da Cassi”, afirma José Luiz Barbosa, da Federação São Paulo/Mato Grosso do Sul

Sem atingir o quorum necessário, os bancários e o BB precisaram voltar à mesa de negociação. O banco relutou, acabou cedendo, mas não mostrou boa vontade. Após três rodadas de negociações, não havia avanço que permitisse que a proposta fosse colocada em votação novamente. No dia 10 de julho, o Banco do Brasil finalmente cedeu, aceitou algumas mudanças reivindicadas pelos bancários e novo acordo foi firmado para que o funcionalismo possa apreciar.

Pela nova proposta, a co-participação – que entraria em vigor imediatamente

“A proposta tem avanços em relação à que não atingiu o quorum. Conseguimos melhorar pontos importantes... O acordo atende a grande parte das reivindicações dos bancários, além de resolver o problema financeiro da Cassi. É a hora de salvarmos a nossa Caixa de Assistência”, destaca Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa



Agnaldo Azevedo



“A proposta mostra que os bancários são capazes de se mobilizar para negociar com o banco a qualquer momento. Ao longo das negociações, sentimos que o Banco do Brasil não estava preocupado com o futuro da Cassi. Com muita pressão

conseguimos arrancar uma proposta que permite, entre outras coisas, o aporte financeiro que melhorará o programa de estratégia saúde da família e a rede credenciada. Votar pela aprovação do acordo é fundamental”, afirma Milton Rezende, vice-presidente da Contraf-CUT

– passa a valer apenas em 1º de janeiro de 2008. Os bancários também garantiram a isenção do pagamento para mais casos, além daquele grupo já acertado. Na última proposta, estavam excluídos da obrigação os casos de transfusão de sangue, diálise, hemodiálise, quimioterapia e radioterapia. Agora, também estão isentos da co-participação os eventos relacionados às pessoas com deficiência, aos funcionários com doenças do trabalho e nas cirurgias e tratamentos feitos em ambulatório.

Outro avanço é em relação ao con-

tingente formado pelos dependentes indiretos e pelos funcionários admitidos após 1998. O Banco do Brasil se comprometeu a pagar todos os valores assumidos com estes grupos de forma retroativa a 1º de janeiro deste ano.

“A proposta tem avanços em relação àquela que não atingiu o quorum na votação dos associados. Conseguimos melhorar pontos importantes e avaliámos que o acordo atende grande parte das reivindicações dos bancários, além de resolver o problema financeiro da Cassi. Orientamos aos bancários

“Vamos aprovar os avanços na Cassi e seguir lutando pelas demais reivindicações do funcionalismo”, defende Olivan Faustino, da Federação da Bahia e Sergipe



Quando votar

A votação será realizada no período de 20 a 27 de julho. Se houver necessidade de um segundo turno, o novo sufrágio será entre 8 e 21 de agosto.

Como votar

O pessoal da ativa pode votar pelo SisBB, enquanto aposentados e pensionistas participam pelo telefone 0800-729-0808

que votem e aprovem, pois esta é a hora para salvarmos a nossa Caixa de Assistência”, destaca Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

Para Milton Rezende, vice-presidente da Contraf-CUT e funcionário do banco, votar pela aprovação do acordo é fazer com que a Cassi funcione. Segundo ele, a Caixa de Assistência estava parada, tanto do ponto de vista da reestruturação como nas negociações com as empresas de saúde. “Mais do que isso, essa proposta mostra que os bancários são capazes de se mobilizar para negociar com o banco a qualquer momento. Ao longo das negociações, sentimos que o Banco do Brasil não estava preocupado com o futuro da Cassi. Foi com muita pressão que conseguimos arrancar uma proposta que permite, entre outras coisas, o aporte financeiro que melhorará o programa de estratégia saúde da família e a rede credenciada. Por isso votar pela aprovação do acordo é fundamental. Votar sim é fazer com que a saúde dos bancários seja dirigida pelos próprios funcionários e por ninguém mais”, afirma Miltinho.

A evolução das negociações

Confira os avanços garantidos ao longo de dois anos de negociações e o que melhorou em relação à proposta não aprovada por falta de quorum.

Questões	Proposta dos representantes dos bancários	1ª proposta do BB em 22 de maio de 2006	2ª proposta do BB em 24 de agosto de 2006	Proposta final do BB, de 7 de fevereiro, não aprovada por falta de quorum	Avanços propostos em 10 de julho
Aporte financeiro	R\$ 400 milhões, sendo 1/2 em serviços próprios e 1/2 para recompor reservas	R\$ 120 milhões em quatro vezes	R\$ 200 milhões em quatro vezes	R\$ 300 milhões, sendo R\$ 150 mi agora e mais 3 parcelas corrigidas	Mantém
Co-participação em exames (exceto de internação)	Contrários. Depois proposto 5% com lista de eventos sem co-participação%, com teto de 1/24 do salário	20%, com teto de 1/12 do salário para todos os eventos	15%, com teto de 1/12 do salário para todos os eventos	10%, com teto de 1/24 do salário, com incidência única e exceções para transfusão de sangue, diálise, hemodiálise, quimioterapia e radioterapia	Cobranças a partir de 1º de janeiro de 2008 e isenção da contribuição estendida também para pessoas com deficiência, com doenças do trabalho e em casos de cirurgias e tratamentos feitos em ambulatório
Contribuições sobre o 13º salário	Contrários inicialmente, pois não resolvia déficit	Não previa	Não previa	Contribuição sobre o valor integral. (Aporte: BB - R\$ 37 mi/ano Funcionários - R\$ 25 mi/ano)*	Mantém
Funcionários pós-98	Cumprimento do Estatuto: contribuição patronal de 1,5 vez do associado, que paga 3%	Contribuição paritária em 3,75% para o grupo.	Contribuição paritária em 3,75% para o grupo	Funcionários 3% e banco 4,5%. (Aporte do BB: R\$ 16 mi/ano)*	Mantém e o banco assume o pagamento retroativo à 1º de janeiro de 2007
Dependentes indiretos	BB assumir dívida acumulada e déficit anual do grupo	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. Não assume a dívida passada	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. Assume os dependentes indiretos, mas só daqui para frente	Custeio do déficit anual até a extinção do grupo. (Aporte do BB: R\$ 14 mi/ano em valor de 2006)*	Mantém e o banco assume o pagamento retroativo a 1º de janeiro de 2007
Eleições	Eleições a cada dois anos, como é hoje	Eleições a cada quatro anos	Eleições a cada quatro anos	Eleições a cada dois anos, como é hoje	Mantém
Plano odontológico	Inclusão do plano custeado pelo banco	Concorda em discutir, mas em mesa específica	Concorda em discutir, mas em mesa específica	Inclusão do plano condicionado a equilíbrio do plano	Mantém
Consulta ao corpo social	Exigência	Concordância	Concordância	Concordância	Mantém
Voto "qualificado" (Minerva)	Não existe na Cassi e é inadmissível	Não havia na proposta	Não havia na proposta	As decisões ocorrem por maioria absoluta	Mantém

*Valores estimados

Centrais de atendimento

Realidade vivida por bancários e terceirizados passa por excesso de trabalho, critérios obscuros de comissionamento e controle até para ir ao banheiro

As Centrais de Atendimento do Banco do Brasil (CABBs) estão entre os maiores focos de problemas no banco. Hoje existem duas centrais, uma em São Paulo e outra em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Elas foram criadas em 2002, já com uma proposta de terceirização. Naquele momento, o movimento sindical conseguiu um acordo que garantia que 80% dos funcionários seriam contratados diretamente pelo banco. No entanto, essa situação mudou muito.

Hoje, segundo informações apuradas pelos sindicatos dos Bancários de São Paulo e de Curitiba, são cerca 700 bancários e mais de 2.500 trabalhadores terceirizados, realizando o mesmo

trabalho por salários baixíssimos e sem os direitos da categoria. Há ainda uma terceira unidade sendo construída na Bahia com a proposta de não contratar bancários e terceirizar todo o serviço. A Contraf-CUT enviou ofícios ao governador da Bahia, Jaques Wagner, e ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, alertando sobre a situação, que vai contra os objetivos manifestados pelo governo Lula de combater a terceirização e valorizar emprego formal e de qualidade.

As condições de trabalho são bastante precárias nas duas unidades já existentes. “A pressão é tamanha que até as pausas para ir ao banheiro são controladas”, relata Pablo Sérgio Merales Ruiz Diaz, diretor do sindicato de Curitiba e funcionário do BB. “Os bancários que passam por lá não fazem questão de ficar. Assim que podem, pedem transferência para uma outra unidade do banco”, diz Pablo. “O BB precisa cuidar mais das relações humanas e de qualquer demanda específica do teletendimento, visando

aproveitar positivamente o nível de preparo e a qualidade que atingem os funcionários das centrais”, defende Ana Paula Domeniconi, diretora da Fetec-CUT-SP e funcionária do BB.

Um passo importante nessa valorização diz respeito a alterações no comissionamento. Na central, existem duas comissões – atendente B (o mais baixo) e A. O problema é que eles não se diferenciam pelas funções que realizam, mas por avaliações da empresa. Os critérios para comissionamento são nota e aderência. A nota é atrelada ao seguimento de scripts de atendimento, ou seja, avalia-se o quão rigidamente você “recita” perguntas e respostas preparadas. A avaliação é feita por grupos de monitoramento (que ouvem as ligações) e pelos gerentes de grupo. Isso quer dizer que os resultados de vendas não contam na avaliação. A aderência é uma medida do quanto o funcionário segue a agenda estabelecida pela chefia para as pausas.

“Existem casos de pessoas que perderam o comissionamento por receberem notas inferiores a 95 (num total de 100) em três meses e foram rebaixadas de atendente A para escriturário”,

“A terceirização é uma prática fraudulenta dos bancos que deve ser combatida. Os trabalhadores do sistema financeiro precisam se organizar para garantir direitos e salários iguais para todos”, defende William Mendes, secretário de Imprensa da Contraf-CUT e funcionário do BB



Aginaldo Azevedo

desrespeitam direitos

conta Adriana de Almeida Ruela, atendente A na CABB de São José dos Pinhais e delegada sindical do Banco do Brasil. É possível recorrer das notas recebidas, mas o trâmite é obscuro: não se sabe quem vai avaliar seu pedido. Isso deixa os bancários nas mãos dos gestores, que usam a avaliação como ameaça. A proposta dos trabalhadores é que se crie um comitê avaliador transparente, formado por atendentes, monitores e chefia.

Além disso, há atendentes que realizam operações bancárias, mas não recebem qualquer tipo de cobertura financeira para tal. As entidades sindicais reivindicam a criação de uma verba específica para suprir eventuais diferenças financeiras oriundas das operações realizadas pelos atendentes, nos mesmos moldes do existente para os caixas executivos. “Os bancários da CABB conhecem profundamente os produtos do banco e estão prontos a responder a qualquer tipo de dúvida e demanda dos clientes do banco”, avalia André Borges, delegado sindical e atendente da CABB-SP. “Eles são, na média, os funcionários que mais participam de cursos oferecidos pelo banco, o que os torna ainda mais qualificados. O banco precisa valorizar esses trabalhadores”, conclui.

Direitos conquistados

Com baixos salários e poucos direitos, os empregados das empresas terceirizadas realizam o mesmo trabalho e enfrentam situações ainda mais difíceis que bancários. “Para ter idéia, eles têm suas faltas descontadas mesmo com a apresentação de atestado médico. Para evitar o desconto, é necessário repor o dia no fim de semana”, conta Pablo. “A terceirização é uma prática fraudulenta dos bancos que deve ser combatida. Os

“O BB precisa cuidar mais das relações humanas e de qualquer demanda específica do teleatendimento, visando aproveitar positivamente o nível de preparo e a qualidade que atingem os funcionários das centrais”, defende Ana Paula Domeniconi, diretora da Fetec-CUT-SP e funcionária do BB.



Divulgação - Sindicato SP

trabalhadores do sistema financeiro precisam se organizar para garantir direitos e salários iguais para todos”, defende William Mendes, secretário de Imprensa da Contraf-CUT e funcionário do BB.

A pressão por conta de horários é enorme. Quem mais sofre são os trabalhadores dos turnos intermediários, que entram entre 9h e 10h da manhã e saem entre 15h e 16h. Como têm direito apenas a duas pausas de 15 minutos por dia, não têm tempo suficiente para almoçar. Há relatos de pessoas que desmaiaram por não conseguirem comer.

Um primeiro passo para a mudança dessa situação foi a criação das novas regras previstas no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 17, a NR 17. A legislação atende a uma série de reivindicações dos trabalhadores do setor, que remontam ao início da década de 90. Entre outras conquistas, ela garante que, a partir de 1º de agosto, todas as

empresas, incluindo o BB e suas terceirizadas, têm obrigação legal de garantir turno de 6 horas (e não seis horas e 15 minutos, como praticam hoje) e três pausas diárias: dez minutos na primeira hora, 20 minutos para refeição e 10 minutos na última hora de trabalho.

A NR 17 foi discutida e definida pela CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), composta por representantes dos trabalhadores, dos patrões e do governo. A Contraf-CUT participou dessa discussão. “Os banqueiros estiveram no debate da NR 17 e agora têm obrigação de aplicá-la corretamente, melhorando as precárias condições de trabalho dos trabalhadores da área de telemarketing”, sustenta William. “É indispensável que os sindicatos dos bancários assumam sua responsabilidade com esses colegas do setor financeiro e fiscalizem atentamente o cumprimento da legislação em todos os bancos e em suas prestadoras de serviço”, defende.

Campanha permanente,

Espelho – Prestes a iniciar nova campanha nacional dos bancários, será seguida novamente a estratégia da mesa única de negociação entre bancos públicos e privados?

Vagner Freitas – Os sindicatos do Brasil inteiro e a Contraf-CUT têm uma linha de atuação que não é dos últimos anos, mas desde meados da década de 1980, que é construir um contrato coletivo de trabalho do ramo financeiro. Em nossa visão, o fortalecimento do processo de contratação propiciado pela mobilização que fazemos é que dá condição para que a gente continue crescendo e conquistando mais e melhores salários, PLR e outros direitos. A partir do arcabouço de conquistas e organização sindical que temos hoje, que culminou com a criação da Contraf-CUT, é que conseguimos ter o melhor acordo de trabalho nacional dos setores público e privado.

Nossa estratégia continua sendo unir os trabalhadores em torno de um objetivo. Assim conseguimos ter acordos melhores. Essa é nossa concepção, que é classista, é muito mais que eventual ou com uma leitura de conjuntura momentânea. Por isso construímos a estratégia de campanha unificada, com negociação centralizada para questões que são gerais, com negociações específicas para questões específicas, por entender que temos diferenciações nos diversos bancos que representamos.

Espelho – Há quem diga que essa estratégia é uma forma de “blindar” o governo, o que se pode dizer disso?

Vagner – É um absoluto desconhecimento histórico do papel que um

Para o presidente da Contraf-CUT, Vagner Freitas, a estratégia de campanha unificada não é de hoje, mas buscada desde a década de 1980, o que levou a conquistas como a melhor Convenção Coletiva Nacional de trabalhadores



Maurício Moraes

com mobilização permanente

sindicato deve cumprir. Se essa idéia fosse verdadeira, seria difícil explicar por que no governo Lula tivemos mais e melhores conquistas para os trabalhadores dos bancos públicos do que acontecia nos governos anteriores, em que tínhamos nos últimos anos de fernandos (Henrique e Collor) campanhas descentralizadas nos bancos públicos, e os melhores acordos eram fechados nos bancos privados. No governo anterior nossa estratégia blindava quem, o Fernando Henrique? Na realidade não foi isso. É que não conseguíamos estabelecer um processo de negociação no setor público para enfrentar a perseguição que ocorria nos bancos públicos num governo privatista e entreguista como era o dos tucanos. Não tivemos força na época para conseguir unificar os trabalhadores já naquela época e protegê-los.

A conjuntura muda com a eleição de um governo democrático e popular e há um ressurgimento do movimento de massa no Brasil. O que conseguimos foi implementar a partir de 2003 o que já queríamos fazer nos anos anteriores..

Espelho – Como fica a expectativa de muitos bancários de que num governo diferente todos os problemas seriam resolvidos rapidamente?

Vagner – Acho que a gestão dos bancos federais no governo Lula é conservadora. Aliás, a política econômica é conservadora. Como os principais agentes dessa política são os bancos, nós enfrentamos o setor mais atrasado deste governo, que tem avanços importantes em outras áreas.

Agora, nos bancos, há uma gestão de “freio-de-mão puxado”. Tanto no que

diz respeito à política para o conjunto dos funcionários (superior aos governos passados, mas aquém da necessidade dos trabalhadores) e em relação ao Brasil, porque o sistema financeiro brasileiro continua não prestando serviço nenhum a esta Nação.

Se há uma reforma necessária é a do sistema financeiro, para que este sistema trabalhe pelo desenvolvimento nacional. Mas o que aconteceu foi que o sistema financeiro passou incólume, acumulando muita riqueza e dando muito pouco em troca. Nossa expectativa foi muito maior que a realidade do dia a dia.

Mesmo com avanços que estão ocorrendo para o Brasil, fica o gostinho do “quero mais”. E também porque o papel do movimento sindical é sempre querer mais. Não existe sindicalismo conformado, ele é feito com inconformismo. E sabemos que os capitalistas podem e devem passar muito mais de sua riqueza para os trabalhadores. É isso que move o sentimento de classe que temos. O que sobra para mim é que temos longo caminho a trilhar juntos, organizados enquanto setor financeiro.

Espelho – O que se pode dizer sobre o processo de reestruturação pelo qual o BB passou agora e pelo qual passam os bancos em geral?

Vagner – Acho que o BB e a Caixa Federal precisam de mudanças, justamente para cumprirem seu papel de banco público e estarem a serviço da sociedade brasileira. Em lugar de ter uma política governamental de transformar o setor financeiro, de criar regras para o sistema financeiro privado, acaba-se tentando adaptar os bancos públicos a

uma lógica do setor privado. Por conta disso, adotam-se essas receitas liberais de organização, que é baixar o custo da mão-de-obra, otimizar os recursos... Aquela cantilena toda. O problema é que não fez a lição de casa: estabelecer qual o sistema financeiro de que precisamos. É esse que está aí? Se não é, vamos modernizar e dinamizar o que existe. E dentro desse sistema financeiro qual é o papel dos bancos públicos? Esse debate nunca foi feito. Para que BB e Caixa possam competir com Bradesco e Itaú, o governo acaba estabelecendo para eles práticas similares às dos bancos privados. Esse é um equívoco de concepção.

Espelho – E o que se pode esperar da campanha nacional dos bancários neste ano?

Vagner – Esperamos continuar com o processo de ampliação do poder de compra do salário dos trabalhadores com aumentos reais. Isso tem de ser uma política constante. E precisamos estabelecer um novo modelo de campanha, que não seja apenas salarial. Em economias estabilizadas, como a brasileira, não adianta apenas patamares economicistas. Precisamos avançar em questões além de remuneração e PLR maior. Temos de debater condições sociais, direitos trabalhistas, freio a metas que deterioram a saúde do bancário, melhorar as condições de trabalho, discutir a intervenção direta na administração das empresas, ter um movimento sindical que trabalhe e reivindique durante o ano inteiro e represente o trabalhador 365 dias por ano. O processo de negociação terá de ser permanente, mas com mobilização permanente.

O BB abriu mão de ser público?

Além de uma gestão voltada para o lucro a qualquer preço, direção do Banco do Brasil erra no Plano de Afastamento Antecipado, perdendo de uma única vez quase 10% do quadro funcional da empresa. O que mostra um funcionalismo insatisfeito e planos feitos com base em premissas falsas

Quase sete mil funcionários saíram do Banco do Brasil no Plano de Afastamento Antecipado (PAA) embutido no pacote de reestruturação. É mais que o triplo do que a direção do banco planejava. E representa uma renovação brutal, de uma única vez, de quase 10% do quadro funcional da empresa.

Isso mostra duas coisas: que o funcionalismo está muito insatisfeito com as condições de trabalho dentro do banco e que a direção do BB toma decisões e adota planos com base em premissas falsas.

“Com isso o Banco do Brasil perdeu capital intelectual, memória e conhecimento, em cuja formação investiu muito tempo e recursos, colocando-os agora no mercado, à disposição da concorrência”, critica Eduardo Araújo, diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). “O mundo corporativo desconhece caso semelhante de tamanha perda de cérebros de forma tão drástica.”

A insensatez não pára aí. “O banco tem mais gordura para queimar”, declarou ao jornal O Globo do dia 4 de julho o gerente de Relações com Investidores do banco, Marco Geovanne Tobias,

insinuando que haverá mais aposentadorias antecipadas.

Expulsando os pobres e priorizando a elite

Estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) demonstra que a reestruturação do BB provocará enxugamento da ordem de 16% de gerentes de contas, caixas executivos e escriturários. Os caixas serão reduzidos a um terço da dotação anterior, diminuindo

do a média por agência de 3,3 para 2,3.

Ao contrário do que afirma a direção do BB, esse enxugamento impactará no atendimento aos clientes nas agências, principalmente dos mais pobres. Pesquisa recente encomendada pela Febraban revela que 63% dos usuários atendidos pelos caixas tradicionais das agências do BB são de baixa renda, com valor mensal inferior a R\$ 999,00.

“Uma parcela expressiva dos clientes evita recorrer a outros canais de atendimento. Nos caixas eletrônicos, muitos

o Banco do Brasil perdeu capital intelectual, memória e conhecimento, em cuja formação investiu muito tempo e recursos, colocando-os agora à disposição da concorrência”, critica Eduardo Araújo, do Sindicato de Brasília e diretor da Contraf-CUT



Agustão Azevedo



“Existe espaço para um banco público. Não há necessidade de o BB refletir o mercado. Ele deve agir para regular o mercado, com taxa de juros mais baixa e sensibilidade maior com a população, além de assumir seu papel como agente de desenvolvimento do país”, analisa Sebastião Rodrigo de Araújo, da Federação de Santa Catarina

têm dificuldade de responder em tempo hábil os comandos visualizados. E a utilização da internet banking é limitada pela população de baixa renda”, relata estudo do Dieese.

O aumento das filas e a piora do atendimento nas agências são alguns dos eixos da campanha que os sindicatos de bancários estão promovendo em todo o país para denunciar à sociedade a estratégia equivocada que a direção do Banco do Brasil e o governo vêm adotando com esse patrimônio público.

Na lógica dos bancos privados

O “pacotão” de 2007, segundo o estudo do Dieese, segue a mesma lógica da reestruturação iniciada em 1995 pelo governo FHC, “quando o Banco do Brasil dá início a uma estratégia de gestão semelhante àquela observada no segmento privado”.

Com uma diferença, ressalva o Dieese: o ajuste da década de 90 visava “corrigir debilidades crônicas presentes na estrutura da empresa”; agora, “pelo contrário, a própria direção do banco reconhece o bom momento vivido pela instituição”. Como a própria direção do BB disse à imprensa, o objetivo é com-

petir principalmente com o Bradesco e com o Itaú, para manter a dianteira na disputa dentro do sistema financeiro.

Como, no Brasil, aponta ainda o estudo do Dieese, “os bancos procuram ganhar na margem em vez de ganhar na escala”, fica claramente delimitado o campo de disputa que o BB escolheu.

“O que nos espanta é que, num governo democrático e popular, um banco público como o BB, em vez de ampliar seu caráter social, seja reestruturado na lógica dos bancos privados, para concorrer com estes bancos no campo que é mais favorável a eles”, denunciou Vagner Freitas, presidente da Contraf/CUT, em reunião no dia 9 de julho, quando a direção da Caixa Federal apresentou a sua nova estruturação ao movimento sindical.

“Existe espaço para um banco público. Não há necessidade de o BB refletir o mercado. Ele deve agir para regular o mercado, com taxa de juros mais baixa e sensibilidade maior com a população, além de assumir seu papel como agente de desenvolvimento do país”, analisa Sebastião Rodrigo de Araújo, da Federação de Santa Catarina.

Sem contra que está perdendo oportunidades. Graças, sobretudo à política externa brasileira, o Mercosul está sendo

consolidado, com aumento considerável do comércio do Brasil com os países do bloco. Mas o BB está ausente (enquanto o Itaú, por exemplo, amplia a sua rede sul-americana, principalmente na Argentina). O banco também não está acompanhando o crescimento do comércio brasileiro com outras regiões do mundo, principalmente Ásia e Oriente Médio. E ainda, a nova fronteira comercial aberta com os biocombustíveis.

Outro sistema financeiro é possível

Mais incrível ainda é a ausência do Banco do Brasil das ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em que a Caixa Federal, por exemplo, vem desempenhando papel de destaque.

“Para que servem, afinal de contas, as vice-presidências de Governo e a Internacional, que não conseguem colocar o BB alinhado com as ações do governo federal?”, indaga Eduardo Araújo. “E a vice-presidência de Finanças e Crédito, que não consegue enxergar essas novas demandas e só sabe fazer produtos voltados para o varejo e pessoas físicas?”

O secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer, escreveu artigo na Folha de S.Paulo de 10 de julho para se queixar da falta de crédito para uma imensa gama de novos empreendedores que despontam Brasil afora. “Há necessidade de acesso a capital por parte de micros e pequenos empreendedores que, em 2003, eram mais de 10 milhões no Brasil”, cita como exemplo Paul Singer, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e ex-secretário do Planejamento da cidade de São Paulo.

“O que falta são bancos, fundos etc. que possam atrair parte da poupança da classe média e alta e também da poupança pública e abastecer de recursos as iniciativas locais”, critica o secretário. “No Brasil, a necessidade de um outro sistema financeiro é gritante. É preciso abrir um debate sobre como fazê-lo.”

Contribuições suspensas

Essas são as primeiras conquistas do acordo aprovado pelos associados que são implantadas. As demais medidas ainda precisam passar por algumas etapas

A partir deste mês, as contribuições dos ativos e aposentados à Previ estão suspensas. Além disso, todo o montante pago pelos associados do Plano 1 desde janeiro passado está sendo devolvido. Essas são as duas primeiras conquistas implantadas e que constam no acordo negociado entre os representantes dos bancários e o Banco do Brasil, aprovado em plebiscito pelo funcionalismo. As demais medidas acordadas para o uso parcial do superávit da Previ ainda precisam passar por algumas etapas para entrar em vigor.

“A incorporação do acordo ao Regulamento do Plano 1 já foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Previ. Agora falta a aprovação formal da diretoria do Banco do Brasil e do Departamento de Controle das Estatais (Dest). Em seguida, o acordo será encaminhado para a aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Após a manifestação desses órgãos, será possível implementar as outras medidas. Mas os dirigentes eleitos que representam os funcionários na Previ e os sindicatos estão trabalhando para que todos estes passos sejam cumpridos rapidamente e as pessoas possam receber seus novos benefícios”, afirma José Ricardo Sasseron, diretor de Seguridade eleito da Previ.

A suspensão das contribuições foi aceita pela Diretoria Executiva e pelo



“A incorporação do acordo ao Regulamento do Plano 1 já foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Previ. Agora falta a aprovação formal da diretoria do Banco do Brasil e do Departamento de Controle das Estatais (Dest)”, afirma José Ricardo Sasseron, diretor de Seguridade da PREVI

“Também aprovamos todas as demais medidas que foram objeto do plebiscito. Mas, como envolvem alterações no regulamento e inclusão de artigos para incorporar os novos benefícios, sua implantação só pode ser feita após a aprovação pela SPC, conforme determina a legislação”, diz Francisco Alexandre, diretor de Administração da Previ



e mensalidades devolvidas

Conselho Deliberativo da Previ no dia 28 de junho, uma semana após a aprovação do acordo pelos associados. Já a devolução dos valores pagos este ano foi aprovado na reunião do dia 9 de julho. “Também aprovamos todas as demais medidas que foram objeto do plebiscito. Mas, como envolvem alterações no regulamento e inclusão de artigos para incorporar os novos benefícios, sua implantação só pode ser feita após a aprovação pela SPC, conforme determina a legislação”, explica Francisco Alexandre, diretor de Administração eleito.

Mulheres no PAA

Uma das medidas do acordo é a aposentadoria antecipada para as mulheres aos 45 anos. Apesar da conquista, elas não puderam aderir ao plano de aposentadoria antecipada. Como o banco esperava a adesão de 2 mil funcionários e mais de 7 mil quiseram o desligamento, muitas interessadas em aderir ao PAA, e que não atingiram a idade de 50 anos, não puderam participar.

A Contraf-CUT reivindicou a redução da idade de adesão ao PAA para 45 anos, o que permitiria às mulheres se beneficiar da nova regra introduzida na Previ. Fazendo coro à demanda apresentada pela Confederação, os diretores eleitos da Previ – Cecília Garcez, Francisco Alexandre e José Ricardo Sasseron – encaminharam documento ao presidente do BB com a mesma reivindicação. Apresentaram também esta demanda a outros membros da direção do BB. Até o fechamento desta edição, no entanto, nenhum dirigente do banco respondeu formalmente à reivindicação.

O que garante o acordo

Aumento do teto de 75% para 90%

O teto de benefícios sobre dos atuais 75% para 90% da renda do associado.

Proporcionalidade da Parcela Previ

Com a revisão da fórmula de cálculo de benefícios, fica garantida a aplicação de valor proporcional da PP para quem se aposenta com menos de 360 meses de contribuição, o que implica em melhoria de benefício.

Suspensão das contribuições por um ano

As contribuições pessoais e patronais estão suspensas por um ano e serão devolvidas, este mês, aquelas feitas a partir de janeiro de 2007.

Implantação da tábua de mortalidade pós e pré-67

Implantação imediata da tábua de mortalidade AT83. Por determinação do Conselho de Gestão da Previdência Complementar esta nova tábua é obrigatória.

Aposentadoria antecipada para as mulheres aos 45 anos

Sem a necessidade da aposentadoria pelo INSS, o benefício será calcu-

lado pela mesma regra da antecipada aos 50 anos.

Benefício adicional para quem contribuiu por mais de 30 anos

Será criada uma reserva pessoal com as contribuições patronais e pessoais feitas além dos 30 anos, para aposentados a partir de 1997. No momento da aposentadoria, será calculado um benefício adicional correspondente a esta reserva.

Realinhamento contábil dos balanços de 2006

O banco reconheceu, em seu balanço de 2006, R\$ 190 milhões a menos do que deve para a Previ relativamente à implantação parcial da tábua de mortalidade GAM83, que está em curso desde o final de 2005. O valor será coberto com recursos da Reserva Especial, com base no Acordo de 1997.

Questões pendentes

Iniciar desde já um calendário de negociação para resolver as questões pendentes: aumento do percentual das pensões, melhoria do benefício mínimo, fim do voto de minerva e outras propostas a serem levantadas pelos representantes dos associados. O BB se comprometeu a negociar todos estes itens neste segundo semestre.

A quem interessa a

Por Miguel Pereira*

Nos anos 90, numa verdadeira reengenharia, os bancos no Brasil reinventaram-se. Em vez de atuarem no processo de intermediação financeira clássica, ou seja, captação e aplicação de recursos financeiros, transformaram-se em “vendedores de produtos e serviços financeiros”, cobrando tarifas cada vez mais altas pela prestação de serviços. Passaram também a se organizar em conglomerados ou holdings financeiras, controlando todas as atividades do setor.

Sentiram ainda a necessidade de segmentarem-se, ou seja, definir o perfil de clientes que “valeria a pena” ter e, a partir daí, ofertar produtos e serviços. Com essas alterações, ganha espaço o relacionamento com o intuito de vendas e perde importância todo o processo de retaguarda das agências. Aliás, estas passaram a ser chamadas de lojas, pontos de venda etc. Mas o que foi feito com esses serviços? Bem, aí está uma das raízes dos problemas atuais, eles passam a ser terceirizados.

Define-se terceirização como uma estratégia de gestão caracterizada pelo repasse de um serviço ou produção de um determinado bem para outras empresas ou entidades/instituições externas, por meio de assinatura de contratos entre as partes.

As principais formas de terceirização são a desverticalização, prestação de serviços (geralmente no mesmo local da tomadora), franquia, compra de serviços (montadoras de automóveis), nomeação de representantes, concessão, alocação de mão-de-obra/subcontratação (contratos temporários), permissão.

Então, serviços de retaguarda, processamento de envelopes de pessoas físicas e jurídicas, entrada de dados de clientes, depósitos e pagamentos realizados nos caixas automáticos, cadastro, cobrança, tesouraria, compensação

bancária, enfim tudo o que não era relacionamento passa para terceiros.

Diante deste quadro, a Contraf-Cut e seus sindicatos filiados formalizaram denúncias de interposição ilegal de mão-de-obra junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, que por meio de uma força tarefa nacional as comprovou, reafirmando que quem executa essas tarefas são bancários e devem ter todos os direitos da categoria resguardados.

O relatório do MTE é uma extensa e completa descrição das formas fraudulentas que os maiores bancos utilizam para negar direitos aos trabalhadores. Numa primeira etapa, Bradesco, ABN Amro e Unibanco foram autuados em R\$ 10 milhões e determinou-se que todos os trabalhadores encontrados em situação irregular fossem registrados como bancários.

“O BB está na contramão da história e dos fatos. Outros bancos estão revendo essas políticas, viram que estão contratando um baita problema de passivo trabalhista. Isso sem falar em outras ilegalidades.”

O BB já seria alvo de ações semelhantes em função da terceirização dos serviços de *call center* nos estados de São Paulo, Paraná e, agora, na Bahia, ainda mais agora, em razão do contrato com a empresa Cobra Tecnologia S.A. pois a forma como a terceirização vem ocorrendo é idêntica à do restante do sistema financeiro, já comprovada como intermediação ilegal de mão-de-obra pelo MTE e pelo Ministério Público do Trabalho.

O Ministério do Trabalho analisou a questão por todos os ângulos: a) pela natureza das atividades tipicamente bancárias, ou seja, não tem como um terceirizado fazer o processamento de um depósito na conta corrente de determinado cliente ou processar um cheque pago sem tomar ciência do fato em si, quebrando assim o sigilo da ope-

ração, que por lei deve ser resguardada pelo banco, e não por terceiros. b) Pela relação de emprego que se estabelece forçosamente entre o prestador de serviços terceirizados e a empresa tomadora dos serviços. Principalmente por desrespeitar todas as normas legais vigentes, principalmente o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que estabelece: “É ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta”.

Com base nesses entendimentos e na jurisprudência já estabelecida, uma série de iniciativas foi adotada para coibir a prática em todos os bancos. O Ministério Público do Trabalho é autor de Ações Cíveis Públicas, cujo pedido é o estabelecimento do vínculo empregatício diretamente com os bancos, cujos julgamentos nas instâncias inferiores

têm sido favoráveis. Os trabalhadores também têm acionado a Justiça do Trabalho, via ações individuais, e vêm conseguido êxito.

No processo de negociação direta com diversos bancos, essas atividades que estavam fora estão sendo novamente internalizadas. Na Caixa Econômica Federal existe um Termo de Ajuste de Conduta, TAC, junto ao Ministério Público do Trabalho para a substituição gradativa até início de 2008 de todos os trabalhadores terceirizados que atuam no *back-office* da empresa.

Ou seja, o BB está na contramão da história e dos fatos. Outros bancos, enfim, estão revendo essas políticas, porque viram que estão na verdade contratando um baita problema de passivo trabalhista. Isso sem falar que incorrem em outras ilegalidades. O próprio Banco

terceirização bancária?

Central possui resolução – Res.3380 – Risco Operacional, que trata da questão dos riscos do sistema financeiro, e um deles relaciona-se à mão-de-obra envolvida nas operações.

O projeto de terceirizações

Se já não fosse condenável por si a busca da precarização da mão-de-obra pelo maior banco do país, num momento em que o governo federal, acionista majoritário, tem no seu comando um ex-sindicalista e o PT, que sempre empunharam a bandeira da justiça social e a defesa dos trabalhadores, o BB ainda buscou uma empresa que tem denúncia junto ao MTE.

A Cobra Tecnologia S/A acaba de ser denunciada por “quarteirizar” serviços para outrem, com os direitos rescisórios dos trabalhadores não sendo pagos. Mas casos assim não são novidade. O sindicato que representa os trabalhadores na área de processamento de dados - SINDPD – também está denunciando a direção do BB por gestão temerária. E o contrato celebrado entre o BB e a Cobra para realização de serviços terceirizados de processamento de numerário, processamento de documentos, digitalização de cartões de autógrafos, no valor de R\$ 26 milhões, foi com dispensa de licitação.

Posicionamento do TCU

Os ministros do Tribunal de Contas da União em 09/05/2007 aprovaram, por unanimidade, decisão contra terceirizações no Banco do Brasil. Conforme o acórdão (decisão final), a instituição deverá adotar providências para evitar contratações de mão-de-obra terceirizada para cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários do banco estatal. A resolução foi motivada por duas decisões consideradas procedentes, patrocinadas pelo Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente/SP, em que questionava-se o vínculo de emprego

de dois trabalhadores da empresa Limpadora e Comercial Sociedade Ltda. A juíza Nelma Pedrosa Godói Sant’anna Ferreira, ao julgar procedente, notificou também o TCU.

Ações em andamento

A CONTRAF-CUT e seus sindicatos filiados têm efetivado uma série de iniciativas. Denúncias já foram apresentadas junto à Procuradoria Geral do Trabalho, na Coordenação Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho no Setor Público, em Brasília, bem como nas diversas Procuradorias Regionais nos Estados, com o pedido de investigação e impedimento do avanço da intermediação ilegal de mão-de-obra no BB. O mesmo pedido foi formalizado ao ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Luzzi, que se comprometeu pessoalmente a impedir a proliferação da precarização no BB.

Mas, procedimento inédito, foi a ação judicial do Sindicato dos Bancários de Curitiba, que formulou pedido junto à Justiça do Trabalho solicitando o impedimento do processo de terceirização dos serviços pela empresa Cobra. Em seu despacho o juiz reconheceu a ilegalidade do processo e só não concedeu os efeitos da tutela antecipada em razão de, naquela época, não ter sido iniciada ainda a terceirização. Agora, diante das provas da ocorrência, o Sindicato dos Bancários de Curitiba irá notificar a Justiça para que tome as providências necessárias.

Terceirização é chave para pacote de reestruturação

Pela lógica da direção do banco, as recentes medidas implementadas pelo BB só se tornarão possíveis e viáveis com um amplo processo de

terceirização. Na busca por competir com os bancos privados, ou melhor, aumentar vendas de produtos e serviços e reduzir despesas de pessoal. Isso tudo junto com a retirada de funcionários de determinadas áreas – retaguarda e caixas –, o redirecionamento para a área de negócios e o desligamento de mais de 7 mil funcionários de uma única vez através do PAA e do PAC. Fica evidente que a direção do BB não pretende aumentar o número de funcionários por concursos públicos. Eles consideram a terceirização mais fácil e barata, mesmo gerando futuros passivos trabalhistas.

Além dos prejuízos para toda a sociedade por rebaixar os patamares de contratação dos trabalhadores, focar áreas de atuação de interesse somente privadas, suas medidas terão impactos diretos na piora do atendimento ao público, causando ainda mais estresse e desgastes aos bancários. Como o que está sendo privilegiado é a área de negócios, as metas vão aumentar ainda mais.

Os funcionários do BB não podem aceitar esse processo. É necessário encampar as lutas e iniciativas propostas pelos sindicatos. No momento em que ganha força a luta por isonomia, igualando salários e benefícios, com a discussão de um novo Plano de Cargos e Salários, PCS, como isso pode ocorrer se na outra ponta o banco terceiriza, precariza e aumenta ainda mais a exploração dos trabalhadores? Enquanto alguém estiver sendo mais explorado, as condições sociais de todos ao redor serão sempre puxadas para baixo.

* Miguel Pereira é secretário executivo da Contraf-CUT

Direitos iguais para todos



**Campanha Nacional por Isonomia de Direitos
dos Trabalhadores dos Bancos Públicos**

